

No. 38005

**Brazil
and
Portugal**

**Convention between the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic
aimed at preventing double taxation and fiscal evasion in matters of taxation on
income (with protocol). Brasília, 16 May 2000**

Entry into force: *5 October 2001, in accordance with article 28*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 January 2002*

**Brésil
et
Portugal**

**Couvention entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise
tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière
d'impôts sur le revenu (avec protocole). Brasília, 16 mai 2000**

Entrée en vigueur : *5 octobre 2001, conformément à l'article 28*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 janvier 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA
PORTUGUESA DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E A PREVENIR
A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa,

Considerando os laços especiais existentes entre os dois países e desejando concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento,

Acordaram o seguinte:

CAPÍTULO I
Âmbito de Aplicação da Convenção

ARTIGO 1º
Pessoas Visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2º
Impostos Visados

1. Os impostos atuais aos quais se aplica esta Convenção são:
 - a) no caso do Brasil:
 - o Imposto Federal sobre a Renda,
(doravante denominado “imposto brasileiro”);

b) no caso de Portugal:

- o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS);
 - o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC);
 - a derrama;
- (doravante denominados “imposto português”).

2. A presente Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos atuais ou a substituí-los.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações substanciais introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 3º

Definições Gerais

1. Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) o termo “Brasil” designa o território continental e insular da República Federativa do Brasil, incluindo seu mar territorial, conforme definido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o correspondente leito marítimo e seu subsolo, assim como qualquer área marítima além do mar territorial, incluindo o leito marítimo e seu subsolo, na medida em que o Brasil, de acordo com o direito internacional, exerça naquela área direitos relativos à exploração e à utilização dos recursos naturais;

- b) o termo “Portugal” designa o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e bem assim qualquer outra zona onde, em conformidade com a legislação portuguesa e com o direito internacional, a República Portuguesa tem direitos soberanos ou jurisdição relativamente à prospecção e à exploração, à conservação e à gestão dos recursos naturais, vivos ou não, das águas sobrejacentes ao leito do mar e do leito do mar e seu subsolo;

- c) o termo “nacional” significa:
- i) uma pessoa singular ou física que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante;
 - ii) uma pessoa coletiva ou jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;
 - iii) uma entidade que, não sendo pessoa coletiva ou jurídica, for tratada como tal, para efeitos fiscais, pela legislação de um Estado Contratante;
- d) as expressões “um Estado Contratante” e “o outro Estado Contratante” significam, de acordo com o contexto, o Brasil ou Portugal;
- e) o termo “pessoa” compreende uma pessoa singular ou física, uma sociedade ou qualquer outro agrupamento de pessoas;
- f) o termo “sociedade” designa qualquer pessoa coletiva ou jurídica ou qualquer entidade considerada como pessoa coletiva ou jurídica para fins tributários;
- g) as expressões “empresa de um Estado Contratante” e “empresa do outro Estado Contratante” significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- h) a expressão “tráfego internacional” significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa cuja direção efetiva esteja situada num Estado Contratante, exceto se o navio ou aeronave forem explorados somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- i) a expressão “autoridade competente” significa:
- i) no Brasil: o Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou os seus representantes autorizados;
 - ii) em Portugal: o Ministro das Finanças, o Diretor Geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados.

2. No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontre definido terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante desta legislação fiscal, na definição dos respectivos efeitos tributários, sobre a que decorra de outra legislação deste Estado.

ARTIGO 4º

Domicílio Fiscal ou Residência

1. Para efeitos desta Convenção, a expressão “residente de um Estado Contratante” significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direção ou a qualquer outro critério de natureza similar, e aplica-se igualmente a este Estado e bem assim às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

2. Quando, por virtude do disposto no nº 1, uma pessoa singular ou física for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida do seguinte modo:

- a) será considerada como residente apenas no Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permanece habitualmente;
- c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada como residente apenas do Estado de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3. Quando, em virtude do disposto no nº 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular ou física, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situado o seu local de direção efetiva.

ARTIGO 5º

Estabelecimento Estável ou Estabelecimento Permanente

1. Para efeitos desta Convenção, a expressão “estabelecimento estável” ou “estabelecimento permanente” significa uma instalação fixa, através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua atividade.

2. A expressão “estabelecimento estável” compreende, nomeadamente:

- a) um local de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extração de recursos naturais.

3. Um local ou um estaleiro de construção ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder nove meses.

4. Não obstante as disposições anteriores deste Artigo, a expressão “estabelecimento estável” não compreende:

- a) as instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;
- b) um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) uma instalação fixa, mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;

- e) uma instalação fixa, mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar;
- f) uma instalação fixa, mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das atividades referidas nas alíneas (a) a (e), desde que a atividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de caráter preparatório ou auxiliar.

5. Não obstante o disposto nos nºs 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente, a que é aplicável o nº 6 - atue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer atividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as atividades de tal pessoa se limitem às indicadas no número 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6. Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples fato de exercer a sua atividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal da sua atividade.

7. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua atividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, por si só, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CA P Í T U L O III Tributação dos Rendimentos

ARTIGO 6º Rendimentos dos Bens Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão “bens imobiliários” terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade, o usufruto de bens imóveis e os direitos a retribuições variáveis ou fixas

pela exploração ou pela concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais. Os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no nº 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização direta, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4. O disposto nos nºs. 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa.

3. As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados dos bens mobiliários ou de serviços conexos com os bens imobiliários que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados ou os serviços sejam prestados, sejam assimilados aos rendimentos derivados dos bens imobiliários.

ARTIGO 7º

Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua atividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2. Com ressalva do disposto no nº 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas atividades ou atividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3. Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas devidamente comprovadas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direção e as despesas gerais de administração igualmente comprovadas e efetuadas com o fim referido.

4. Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo fato da simples compra de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

5. Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

6. Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros Artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afetadas pelas deste Artigo.

ARTIGO 8º

Navegação Marítima e Aérea

1. Não obstante o disposto nos números 1 a 4 do Artigo 7º, os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direção efetiva da empresa.

2. Se a direção efetiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direção efetiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado, ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3. O disposto no nº 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

4. Quando sociedades de países diferentes acordam em exercer uma atividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio, o disposto no nº 1 aplicar-se-á à parte dos lucros de um consórcio correspondente à participação detida nesse consórcio por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

ARTIGO 9º

Empresas Associadas

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

ARTIGO 10º

Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá:

- a) 10% (dez por cento) do montante bruto dos dividendos, se o seu beneficiário efetivo for uma sociedade que detenha, diretamente, pelo menos 25% do capital da sociedade que paga os dividendos, durante um período ininterrupto de 2 (dois) anos antes do pagamento dos dividendos;
- b) 15% (quinze por cento) do montante bruto dos dividendos, nos restantes casos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar estes limites.

3. O termo “dividendos”, usado neste Artigo, significa os rendimentos provenientes de ações, ações ou bônus de fruição, partes de minas, partes de fundadores ou outros direitos, com exceção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de ações pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. Considera-se ainda que o termo “dividendos” inclui os rendimentos derivados de conta ou de associação em participação.

4. O disposto nos n.ºs. 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer atividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, e a participação relativamente à qual os

dividendos são pagos estiver efetivamente ligada a esse estabelecimento estável. Neste caso, são aplicáveis as disposições do Artigo 7º.

5. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento estável situado nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

6. Serão também considerados dividendos os lucros remetidos ou pagos ou creditados por um estabelecimento estável situado num Estado Contratante à empresa do outro Estado Contratante a que este pertence, sendo aplicável o disposto no nº 2, alínea a).

7. O disposto nos nºs 2 e 6 não afetará a tributação da sociedade ou do estabelecimento estável no tocante aos lucros que deram origem aos rendimentos aí mencionados.

ARTIGO 11º

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 15% (quinze por cento) do montante bruto dos juros.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3. Não obstante as disposições dos números 1 e 2, os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local ou a qualquer instituição (inclusive financeira) de propriedade exclusiva daquele Governo ou subdivisão política ou administrativa ou autarquia local são isentos de imposto no primeiro Estado.

4. A limitação estabelecida no nº 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante atribuídos ou pagos a um estabelecimento estável de um residente do outro Estado Contratante, situado em terceiro Estado.

5. O termo "juros", usado neste Artigo, significa os rendimentos da dívida pública, de obrigações com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros e de outros créditos de qualquer natureza, bem como quaisquer outros rendimentos assimilados aos rendimentos de importâncias emprestadas pela legislação fiscal do Estado de que provêm os rendimentos.

6. O disposto nos nºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer atividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros, por meio de um estabelecimento estável aí situado, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento estável. Neste caso, são aplicáveis as disposições do Artigo 7º.

7. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável estiver situado.

8. Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

ARTIGO 12º

Royalties

1. As *royalties* provenientes de um Estado Contratante e cujo beneficiário efetivo for um residente do outro Estado Contratante só podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Todavia, essas *royalties* podem também ser tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse outro Estado, mas, se o beneficiário efetivo das *royalties* for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 15% (quinze por cento) do montante bruto das *royalties*.

3. O termo "*royalties*", usado neste Artigo, significa as retribuições de qualquer natureza atribuídas ou pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes e gravações para transmissão pela rádio ou pela televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. O disposto nos números 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efetivo das *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer atividade no outro Estado Contratante de que provêm as *royalties*, por meio de um estabelecimento estável aí situado, e o direito ou bem relativamente ao qual as *royalties* são pagas estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento estável. Neste caso, são aplicáveis as disposições do Artigo 7º.

5. As *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável em relação com o qual haja sido contraída a obrigação pela qual as *royalties* são pagas, e esse estabelecimento estável suporte o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável estiver situado.

6. Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo das *royalties* ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta a prestação pela qual são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo, na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

ARTIGO 13º

Mais-Valias ou Ganhos de Capital

1. Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários considerados no Artigo 6º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.
2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa), podem ser tributados nesse outro Estado.
3. Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional, ou de bens mobiliários afetos à exploração desses navios ou aeronaves, só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direção efetiva da empresa.
4. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens ou direitos diversos dos mencionados nos n.ºs. 1, 2 e 3 podem ser tributados em ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 14º

Serviços Profissionais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades de caráter independente só são tributáveis nesse Estado, a não ser que tais remunerações sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento estável aí situado. Nesse caso, os rendimentos podem ser tributados nesse outro Estado.
2. A expressão “profissões liberais” abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico; bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contabilistas.

ARTIGO 15º

Profissões Dependentes

1. Com ressalva do disposto nos Artigos 16º, 18º e 19º, os salários, ordenados e outras remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no n° 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses com início ou termo no ano fiscal em causa;
- b) as remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) as remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições anteriores deste Artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional, podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situado o local de direção efetiva da empresa.

ARTIGO 16°

Remunerações de Direção

As remunerações de direção e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro da direção, do conselho de administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão similar de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

ARTIGO 17°

Artistas e Desportistas

1. Não obstante o disposto nos Artigos 14° e 15°, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas atividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto nos Artigos 7°, 14° e 15°, os rendimentos da atividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espetáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas atividades dos profissionais de espetáculos ou dos desportistas.

3. O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se as atividades exercidas num Estado Contratante forem financiadas principalmente através de fundos públicos do outro Estado Contratante ou de uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais ou ainda de entidades cujo capital social seja detido majoritariamente por uma das referidas pessoas. Neste caso, os rendimentos auferidos dessas atividades só podem ser tributados nesse outro Estado.

ARTIGO 18º

Pensões

1. Com ressalva do disposto no n.º 2 do Artigo 19º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

2. Não obstante o disposto no n.º 1 deste Artigo, as pensões e remunerações similares pagas nos termos da legislação relativa à segurança ou seguridade social de um Estado Contratante ou de uma das suas subdivisões políticas só podem ser tributadas nesse Estado.

ARTIGO 19º

Remunerações Públicas

1. As remunerações pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou autarquias locais, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular ou física, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, no exercício de funções públicas, podem ser tributadas nesse Estado.

2. Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações, incluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou autarquias locais, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular ou física que tenha a nacionalidade desse Estado, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, no exercício de funções públicas, só podem ser tributadas nesse Estado.

3. O disposto nos Artigos 15º e 18º aplica-se às remunerações e pensões pagas em consequência de serviços prestados em relação com uma atividade comercial ou industrial exercida por um dos Estados Contratantes ou por uma das suas subdivisões políticas ou autarquias locais.

ARTIGO 20º
Professores

Uma pessoa que é, ou foi antes, residente de um Estado Contratante e que se desloca ao outro Estado Contratante, a convite do Governo desse outro Estado ou de entidade sem fins lucrativos ou de uma universidade ou de outra instituição de ensino ou de pesquisa científica, pertencentes a esse Estado ou a essa entidade, com vista unicamente a ensinar ou fazer pesquisas científicas nas ditas instituições, durante um período não excedente a dois anos, é isenta de impostos em ambos os Estados Contratantes pelas remunerações recebidas em consequência desse ensino ou investigação.

ARTIGO 21º
Estudantes

1. Uma pessoa que é, ou foi antes, residente de um Estado Contratante e que permanece temporariamente no outro Estado Contratante unicamente para aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação

a) como estudante de uma universidade, colégio ou escola; ou

b) como estagiário; ou

c) como beneficiário de subsídio, pensão, prêmio ou bolsa de estudo concedidos por uma organização religiosa, caritativa, científica ou educativa,

não será tributada nesse outro Estado relativamente às quantias recebidas para fazer face à sua manutenção, estudos ou formação, desde que provenham de fontes situadas fora dele.

2. Os estudantes de uma universidade ou de outro estabelecimento de ensino superior ou técnico de um Estado Contratante que tenham um emprego no outro Estado Contratante, por um período que não exceda um ano, não são tributáveis neste outro Estado pelas remunerações provenientes de tal emprego, desde que este tenha o fim da sua formação prática relativa aos seus estudos e desde que as remunerações não excedam US\$ 10.000 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) anualmente.

ARTIGO 22º
Outros Rendimentos

1. Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, e donde quer que provenham, não tratados nos Artigos anteriores desta Convenção, só podem ser tributados nesse Estado.

2. O disposto no nº 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no nº 2 do Artigo 6º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável nele situado, estando o direito ou a propriedade em relação ao qual o rendimento é pago efetivamente ligado com esse estabelecimento estável. Neste caso, são aplicáveis as disposições do Artigo 7º.
3. Não obstante as disposições dos nºs 1 e 2 deste Artigo, os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante provenientes do outro Estado Contratante e não tratados nos artigos anteriores desta Convenção podem também ser tributados nesse outro Estado.

CAPÍTULO IV Disposições para Eliminar as Duplas Tributações

ARTIGO 23º Método

1. Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o primeiro Estado mencionado deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago nesse outro Estado.

A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fração do imposto sobre os rendimentos, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados nesse outro Estado.
2. No caso de Portugal, quando uma sociedade residente de Portugal receber dividendos de uma sociedade residente do Brasil sujeita ao imposto federal sobre a renda e não abrangida por qualquer isenção, em que a primeira detenha diretamente uma participação não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), Portugal permitirá a dedução de 95% (noventa e cinco por cento) desses dividendos incluídos na sua base tributável, desde que a referida participação tenha sido detida durante os dois anos precedentes, ou desde a data da constituição da sociedade brasileira, se tiver ocorrido posteriormente, mas em qualquer dos casos unicamente se a participação tiver sido detida ininterruptamente durante esse período.
3. No caso do Brasil, quando uma sociedade residente do Brasil receber dividendos de uma sociedade residente de Portugal sujeita ao imposto português conforme definido na alínea b) do nº 1 do Artigo 2º desta Convenção e não abrangida por qualquer isenção, a dedução prevista no nº 1 acima levará em conta o imposto exigível da sociedade relativo aos rendimentos de que se originaram os dividendos pagos (crédito indireto), observadas as disposições da legislação brasileira.

4. Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, forem isentos de imposto nesse Estado, esse Estado poderá, contudo, ao calcular o quantitativo do imposto sobre os outros rendimentos desse residente, ter em conta os rendimentos isentos.

CAPÍTULO V Disposições Especiais

ARTIGO 24º Não Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. Salvo se for aplicável o disposto no Artigo 9º, no nº 8 do Artigo 11º ou no nº 6 do Artigo 12º, os juros, *royalties* e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado.

4. As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

5. Não obstante o disposto no Artigo 2º, as disposições do presente Artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

ARTIGO 25º

Procedimento Amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é residente.

O pedido deverá ser apresentado dentro de dois anos a contar da data da comunicação do imposto que tenha dado causa à reclamação ou, no caso de tributação nos dois Estados, da segunda tributação, ou, no caso de imposto devido na fonte, da data do pagamento dos rendimentos que hajam sido tributados, mesmo que se trate da segunda tributação.

2. Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção.

O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar diretamente entre si a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

ARTIGO 26º

Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar esta Convenção ou as leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção, em particular para prevenir a fraude ou a evasão desses impostos. A troca de informações não é restringida pelo disposto no Artigo 1º. As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades

administrativas) encarregadas do lançamento, cobrança ou administração dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos, executivos ou punitivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. As autoridades competentes, mediante consultas, determinarão as condições, os métodos e as técnicas apropriadas para as matérias com respeito às quais se efetuarão as trocas de informações, incluídas, quando procedentes, as trocas de informações relativas à evasão fiscal.

2. A autoridade competente de um Estado Contratante poderá enviar à autoridade competente do outro Estado Contratante, independentemente de prévia solicitação, a informação que possua quando:

- a) tiver motivos para supor que houve pagamento a menos de imposto resultante da transferência artificial de lucros dentro de um grupo de empresas;
- b) do uso de informações anteriormente recebidas do outro Estado Contratante, surgirem novos dados ou antecedentes que sejam de utilidade para a tributação nesse outro Estado Contratante;
- c) qualquer outra circunstância leve à suposição de existência de perda de receitas para o outro Estado Contratante.

3. A autoridade competente de um Estado Contratante fornecerá à autoridade competente do outro Estado Contratante, anualmente, mediante prévia identificação dos contribuintes, ou poderá fornecer, mesmo sem a sua prévia identificação, as seguintes informações normalmente prestadas pelos contribuintes:

- a) informações respeitantes aos lucros obtidos no seu território por pessoas jurídicas ou estabelecimentos estáveis aí situados, a remeter à autoridade competente do Estado Contratante onde esteja domiciliada a pessoa jurídica associada ou a matriz ou sede;
- b) informações sobre os lucros declarados por pessoas jurídicas domiciliadas no primeiro Estado Contratante relativos às operações desenvolvidas no outro Estado Contratante por pessoas jurídicas associadas ou estabelecimentos estáveis;
- c) qualquer outro tipo de informação que acordem trocar.

4. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar os representantes do Estado Contratante requerente a terem acesso ao primeiro Estado mencionado para os fins de presenciarem, na condição de observadores, a inquirição de pessoas e o exame de livros e registros que sejam realizados pelo Estado requerido.

5. Os Estados Contratantes poderão consultar-se a fim de determinar os casos e procedimentos para a fiscalização simultânea de impostos.

Considera-se “fiscalização simultânea”, para os efeitos desta Convenção, um entendimento entre os Estados Contratantes para fiscalizar simultaneamente, cada um em seu território, a situação tributária de uma pessoa ou pessoas que possuam interesses comuns ou associados, a fim de trocar as informações relevantes que obtenham.

6. O disposto nos números anteriores nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) de fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou nas do outro Estado Contratante;
- c) de transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

7. Para os fins de mútua assistência e recíproco conhecimento em matéria de política fiscal e sistemas tributários de ambos os Estados Contratantes, as respectivas autoridades competentes poderão consultar-se mutuamente e promover o intercâmbio de pessoal qualificado, informações, estudos técnicos e sobre organização administrativa fiscal.

ARTIGO 27º

Membros das Missões Diplomáticas e Postos Consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas e postos consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais

ARTIGO 28º
Entrada em Vigor

1. A presente Convenção será ratificada pelos Estados Contratantes em conformidade com as respectivas exigências constitucionais e os instrumentos de ratificação serão trocados em Lisboa o mais cedo possível.

2. A Convenção entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis, pela primeira vez:

a) em Portugal:

i) aos impostos devidos na fonte cujo fato gerador surja em ou depois de 1 de janeiro do ano 2000;

ii) aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de janeiro do ano 2000;

b) no Brasil:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano 2000;

ii) no que concerne aos outros impostos de que trata a presente Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano 2000.

ARTIGO 29º
Denúncia

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um dos Estados Contratantes. Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção por via diplomática, mediante um aviso especificando o ano de cessação pelo menos seis meses antes de 31 de dezembro do ano assim especificado no referido aviso. Neste caso, a Convenção deixará de produzir efeitos:

a) em Portugal:

- i) relativamente aos impostos devidos na fonte cujo fato gerador surja em ou depois de 1 de janeiro do ano civil seguinte àquele especificado no referido aviso;
- ii) relativamente aos outros impostos, no tocante aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de janeiro do ano civil seguinte àquele especificado no referido aviso.

b) no Brasil:

- i) relativamente aos impostos retidos na fonte, as importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano civil imediatamente seguinte àquele especificado no referido aviso;
- ii) relativamente aos outros impostos, no tocante aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano civil imediatamente seguinte àquele especificado no referido aviso.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinam a presente Convenção.

Feito em Brasília, em 16 de maio de 2000, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA
Joaquim Augusto N. de Pina Moura
Ministro das Finanças e
da Economia

PROTÓCOLO

No momento da assinatura da presente Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os abaixo-assinados, devidamente autorizados para o efeito, acordaram nas seguintes disposições adicionais que constituem parte integrante da Convenção:

1. Com referência ao Artigo 2º, nº 1, alínea a)

Fica entendido que, nos impostos visados no Artigo 2º, nº 1, alínea a), está compreendida a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), criada pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

2. Com referência ao Artigo 2º, nº 3, alínea b)

Fica entendido que "derrama" significa o adicional local sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

3. Com referência ao Artigo 7º, nº 3

Fica entendido que as disposições do nº 3 do Artigo 7º se aplicam às despesas de direção e às despesas gerais de administração realizadas no Estado em que o estabelecimento estável estiver situado ou em qualquer outro lugar.

4. Com referência ao Artigo 11º, nºs 3 e 5

Fica entendido que as disposições do nº 3 do Artigo 11º se aplicam apenas aos juros recebidos por uma instituição (inclusive financeira) de propriedade exclusiva do Governo de um Estado Contratante ou de uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local quando a referida instituição for a beneficiária efetiva dos juros.

Fica entendido ainda que, para os efeitos do nº 5 do Artigo 11º, os juros pagos como "remuneração sobre o capital próprio" de acordo com a legislação tributária brasileira são também considerados juros.

5. Com referência ao Artigo 12º, nº 3

Fica entendido que as disposições do nº 3 do Artigo 12º se aplicam a qualquer espécie de pagamento recebido em razão da prestação de assistência técnica e de serviços técnicos.

6. Com referência aos artigos 13º, nº 4 e 14º, nº 1

Fica entendido que, na eventualidade de, posteriormente à assinatura da presente Convenção, o Brasil concluir com um terceiro Estado não situado na América Latina uma Convenção que limite - com relação aos rendimentos referidos nos parágrafos mencionados - o poder de tributação do outro Estado Contratante que não seja aquele em que for residente o beneficiário dos rendimentos, uma limitação idêntica será automaticamente aplicada às relações entre o Brasil e Portugal.

7. Com referência ao Artigo 23º, nº 2

Fica entendido que, se o método destinado a eliminar a dupla tributação econômica dos dividendos de fonte estrangeira atualmente previsto na lei portuguesa vier a ser substituído pelo método do crédito indireto, o novo método aplicar-se-á automaticamente aos dividendos pagos por sociedades residentes do Brasil a sociedades residentes de Portugal.

8. Com referência ao Artigo 24º

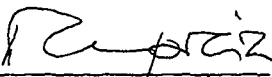
- a) Fica entendido que as disposições do nº 6 do Artigo 10º não conflituam com o disposto no nº 2 do Artigo 24º.
- b) Fica entendido que as disposições das legislações dos Estados Contratantes que não permitem que as "royalties", tal como são definidas no nº 3 do Artigo 12º, pagas por um estabelecimento estável situado num Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante que exerça atividades empresariais no primeiro Estado Contratante por intermédio desse estabelecimento estável, sejam dedutíveis no momento de se determinar o rendimento tributável do estabelecimento estável acima mencionado, não são conflituantes com as disposições do Artigo 24º da presente Convenção.
- c) Fica entendido que o disposto no nº 4 do Artigo 24º não se aplica às obrigações acessórias.
- d) Fica entendido que, relativamente ao Artigo 24º, se considera que as disposições da Convenção não são impeditivas da aplicação por um Estado Contratante das respectivas normas internas respeitantes à subcapitalização ou endividamento excessivo.
- e) Relativamente ao Brasil, fica entendido que o nº 5 do Artigo 24º se aplica unicamente aos impostos da competência da União.

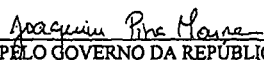
9. Com referência às Zonas Francas da Ilha da Madeira, da Ilha de Santa Maria e de Manaus, à SUDAM e à SUDENE

Fica entendido que os benefícios desta Convenção não serão atribuídos a qualquer pessoa que tenha direito a benefícios fiscais relativos ao imposto sobre o rendimento de acordo com os dispositivos da legislação e de outras medidas relacionadas com as Zonas Francas da Ilha da Madeira, da Ilha de Santa Maria, de Manaus, a SUDAM e a SUDENE ou a benefícios similares àqueles concedidos, disponíveis ou tornados disponíveis segundo qualquer legislação ou outra medida adotada por qualquer Estado Contratante. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão sobre qualquer legislação ou medida similar e consultar-se-ão sobre a similaridade, ou não, de tais benefícios.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinam o presente Protocolo.

Feito em Brasília, em 16 de maio de 2000, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA
Joaquim Augusto N. de Pina Moura
Ministro das Finanças e Economia

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

CONVENTION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE PORTUGUESE REPUBLIC FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE
TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH
RESPECT TO TAXES ON INCOME

The Federative Republic of Brazil

and

The Portuguese Republic,

Considering the special relationship existing between the two countries and desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income,

Have agreed as follows:

CHAPTER I. SCOPE OF THE CONVENTION

Article 1. Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2. Taxes covered

1. The existing taxes to which the Convention shall apply are:

(a) In the case of Brazil:

- the federal income tax (hereinafter referred to as "Brazilian tax");

(b) In the case of Portugal:

- the personal income tax (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS);
- the corporate income tax (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC);
- the local surtax on corporate income tax ("derrama");
(hereinafter referred to as "Portuguese tax").

2. The Convention shall also apply to any identical or similar taxes imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes.

The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes made in their respective taxation laws.

CHAPTER II. DEFINITIONS

Article 3. General definitions

1. For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

(a) The term "Brazil" means the continental and insular territory of the Federative Republic of Brazil, including its territorial sea, as defined by the United Nations Convention on the Law of the Sea, and the corresponding seabed and subsoil, as well as any maritime area beyond the territorial sea, including the seabed and the subsoil thereof, to the extent that Brazil, in accordance with international law, exercises in that area rights with respect to the exploration and exploitation of natural resources;

(b) The term "Portugal" means the territory of the Portuguese Republic situated on the European continent, the Azores and Madeira archipelagos, the corresponding territorial sea and other areas over which, in accordance with Portuguese legislation and international law, the Portuguese Republic exercises sovereign rights or jurisdiction with respect to the prospecting, exploration, conservation and management of the living or non-living natural resources of the seabed, the subsoil thereof and the superjacent waters;

(c) The term "national" means:

- (i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;
- (ii) Any body corporate, association or entity established in accordance with the legislation in force in a Contracting State;
- (iii) Any other entity treated as a body corporate for tax purposes by the legislation of a Contracting State;

(d) The terms "Contracting State" and "the other Contracting State" mean Brazil or Portugal, as the context requires;

(e) The term "person" includes an individual, a company and any other body of persons;

(f) The term "company" means any body corporate or any entity treated as a body corporate for tax purposes;

(g) The terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean, respectively, an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;

(h) The term "international traffic" means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;

(i) The term "competent authority" means:

- (i) In Brazil: the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorized representatives;
- (ii) In Portugal: the Minister of Finance, the Director-General of Taxation or their authorized representatives.

2. As regards the application of the Convention at a given time by a Contracting State, any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning

which it has at that time under the laws of that State concerning the taxes to which the Convention applies. For determining the corresponding tax consequences, the interpretation under such tax laws shall prevail over that under other legislation of that State.

Article 4. Tax domicile or residence

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to taxation therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature. Such term applies equally to that State and to its political or administrative subdivisions or local authorities.

2. Where, by reason of the provisions of paragraph 1, an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

(a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);

(b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has no permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident of the State in which he has an habitual abode;

(c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the State of which he is a national;

(d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where, by reason of the provisions of paragraph 1, a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5. Stable or permanent establishment

1. For the purposes of this Convention, the terms "stable establishment" or "permanent establishment" mean a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term "permanent establishment" includes especially:

(a) A place of management;

(b) A branch;

(c) An office;

(d) A factory;

(e) A workshop;

(f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3. A building site or a construction or assembly project shall be deemed a permanent establishment only if it lasts more than nine months.

4. Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term "permanent establishment" shall be deemed not to include:

(a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;

(b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;

(c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;

(d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information for the enterprise;

(e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;

(f) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on any combination of the activities mentioned in subparagraphs (a) to (e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person - other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies - is acting on behalf of an enterprise and has and habitually exercises in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such a person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6. An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself make either company a permanent establishment of the other.

CHAPTER III. TAXATION OF INCOME

Article 6. Income from immovable property

1. Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. The term "immovable property" shall have the meaning given to it under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise.

5. The foregoing provisions shall also apply to income derived from movable property or services relating to immovable property which, under the taxation law of the Contracting State in which the property in question is situated or the services in question are provided, are assimilated to income from immovable property.

Article 7. Business profits

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated in that other State. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In determining the profits of a permanent establishment, duly verified expenses which are incurred for the purposes of the business of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses thus verified and incurred, shall be allowed as deductions.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

6. Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8. Shipping and air transport

1. Notwithstanding the provisions of article 7 (1) to (4), profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2. If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3. The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

4. When companies from different countries agree to carry on an air transport business as a consortium, the provisions of paragraph 1 shall apply to the share of the profits of the consortium corresponding to the share held in such consortium by a company residing in a Contracting State.

Article 9. Associated enterprises

1. Where:

(a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or

(b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of one Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but by reason of those conditions have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

Article 10. Dividends

1. Dividends paid by a company residing in a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed:

(a) 10 per cent of the gross amount of the dividends if the beneficial owner is a company which has held directly at least 25 per cent of the capital of the company paying the dividends for an uninterrupted period of two years before the dividends are paid;

(b) 15 per cent of the gross amount of the dividends in all other cases.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of these limitations.

3. The term "dividends" as used in this article means income from shares, "jouissance" shares or "jouissance" rights, mining shares, founders' shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident. The term also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits (*associação em participação*).

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case, the provisions of article 7 shall apply.

5. Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

6. Profits remitted, paid or credited by a permanent establishment situated in a Contracting State to an enterprise of the other Contracting State to which it belongs shall also be considered dividends, subject to the provisions of paragraph 2 (a).

7. The provisions of paragraphs 2 and 6 shall not affect taxation of the company or of the permanent establishment insofar as profits giving rise to the income mentioned therein are concerned.

Article 11. Interest

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the interest.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, interest arising in a Contracting State and paid to the Government of the other Contracting State, a political or administrative subdivision or local authority thereof or an institution (including a financial

institution) fully owned by that Government or political or administrative subdivision or local authority shall be exempt from tax in the first State.

4. The limitation provided for in paragraph 2 shall not apply to interest arising in a Contracting State and attributed or paid to a permanent establishment of a resident of the other Contracting State which is situated in a third State.

5. The term "interest" as used in this article means income from government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind, as well as other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the State in which the income arises.

6. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case, the provisions of article 7 shall apply.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

8. Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12. Royalties

1. Royalties arising in a Contracting State and whose beneficial owner is a resident of the other Contracting State may be taxed only in that other State.

2. However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the royalties.

3. The term "royalties" as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work, including cinematographic films and films or tapes for radio or television, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case, the provisions of article 7 shall apply.

5. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the liability to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by such permanent establishment, then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

6. Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13. Capital gains

1. Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State, including such gains from the alienation of such permanent establishment (alone or with the whole enterprise), may be taxed in that other State.

3. Gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic, or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

4. Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2 and 3 may be taxed in both Contracting States.

Article 14. Independent personal services

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State, unless such remuneration is paid by a resident of the other Contracting State or is borne by a permanent establishment situated therein. In such case, the income may be taxed in that other State.

2. The term "professional services" includes, especially, independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities, as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15. Dependent personal services

1. Subject to the provisions of articles 16, 18 and 19, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

(a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding, in the aggregate, 183 days in any 12-month period beginning or ending in the fiscal year concerned;

(b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and

(c) The remuneration is not borne by a permanent establishment which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16. Directors' fees

Directors' fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors, the supervisory board or any other similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17. Entertainers and athletes

1. Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste or a musician, or as an athlete, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2. Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or an athlete in his capacity as such accrues not to the entertainer or athlete himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or athlete are exercised.

3. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply where the activities exercised in a Contracting State are substantially supported by public funds of the other Contracting State or of a political or administrative subdivision or local authority thereof or by entities more than 50 per cent of whose capital is held by one of the above. In such case, the income derived from such activities may be taxed only in that other State.

Article 18. Pensions

1. Subject to the provisions of article 19 (2), pensions and similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1 of this article, pensions and similar remuneration paid pursuant to the social security laws of a Contracting State or of a political subdivision thereof shall be taxable only in that State.

Article 19. Government service

1. Remuneration paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political subdivision or local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or local authority in the exercise of public functions shall be taxable in that State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration, including pensions, paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political subdivision or local authority thereof to an individual who is a national of that State in respect of services rendered to that State or subdivision or local authority in the exercise of public functions shall be taxable only in that State.

3. The provisions of articles 15 and 18 shall apply to remuneration and pensions paid in respect of services rendered in connection with a commercial or industrial activity carried on by a Contracting State or by a political subdivision or local authority thereof.

Article 20. Teachers

Any person who is or was prior to that a resident of a Contracting State and moves for a period not exceeding two years to the other Contracting State at the invitation of the Government of that other State or a non-profit organization, or a university or other teaching or scientific research institution belonging to that State or organization, for the sole purpose of teaching or conducting scientific research in such institutions shall be exempt from taxes in both Contracting States on the remuneration received for such teaching or research.

Article 21. Students

1. Any person who is or was prior to that a resident of a Contracting State and is present temporarily in the other Contracting State solely for the purpose of his education or training:

- (a) As a student enrolled at a university, college or school;
 - (b) As an intern; or
 - (c) As a recipient of a subsidy, scholarship, prize or study grant from a religious, charitable, scientific or educational institution;
- shall not be taxed in that other State on payments received for the purpose of his maintenance, education or training, provided that such payments arise from sources outside that State.

2. Students enrolled at a university or other institution of higher or technical education of a Contracting State who are employed in the other Contracting State for a period not exceeding one year shall not be taxed in that other State on the remuneration for such employment, provided that the purpose of such employment is practical training related to their studies and the remuneration does not exceed US\$ 10,000 (ten thousand United States dollars) a year.

Article 22. Other income

1. Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2. The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in article 6 (2), if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case, the provisions of article 7 shall apply.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this article, items of income of a resident of a Contracting State arising in the other Contracting State and not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall also be taxable in that other State.

CHAPTER IV. ELIMINATION OF DOUBLE TAXATION

Article 23. Method

1. Where a resident of a Contracting State derives items of income which, according to the provisions of this Convention, may be taxed in the other Contracting State, the first-mentioned State shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the tax effectively paid in the other State.

Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which is attributable to such items of income as may be taxed in that other State.

2. In the case of Portugal, where a company which is a resident of Portugal receives a dividend from a company which is a resident of Brazil and subject to Brazilian tax, without any exemption, and of which it holds directly at least 25 per cent of the capital, Portugal shall allow a deduction of 95 per cent of the dividend included in the taxable base, provided

that the company has held that capital for the past two years, or since the date of establishment of the Brazilian company if it was established within the past two years, but in either case only if it has held the capital without interruption during that period.

3. In the case of Brazil, where a company which is a resident of Brazil receives a dividend from a company which is a resident of Portugal and subject to Portuguese tax in accordance with article 2 (1) (b) of this Convention, without any exemption, the deduction provided for in paragraph 1 above shall take account of the tax payable by the company on the income giving rise to the dividend paid (indirect credit), in accordance with the provisions of Brazilian law.

4. Where a resident of a Contracting State derives items of income which, according to the provisions of this Convention, are exempt from tax in that State, such State may nevertheless take account of the exempted income in calculating the amount of tax on the remaining income of that resident.

CHAPTER V. SPECIAL PROVISIONS

Article 24. Non-discrimination

1. Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for tax purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3. Except where the provisions of articles 9, 11 (8) or 12 (6) apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

4. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of that first-mentioned State are or may be subjected.

5. The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 25. Mutual agreement procedure

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident.

The case must be presented within two years from the date of notification of the tax that gave rise to the objection or, in the case of taxation in both States, from the date of notification of the second taxation or, in the case of taxation withheld at source, from the date of payment of the income that was taxed, even if this is the second taxation.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention.

The agreement reached shall apply independently of the time limits established by the domestic law of the Contracting States.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26. Exchange of information

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out this Convention or the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention, insofar as the taxation thereunder is not contrary to this Convention, in particular with a view to preventing tax fraud or evasion. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret, in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State, and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) involved in the assessment or collection of, enforcement or prosecution in respect of or the determination of appeals in relation to the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. The competent authorities shall determine, through consultations, the appropriate conditions, methods and techniques for the matters with respect to which information will be exchanged, including, where applicable, information on fiscal evasion.

2. The competent authority of a Contracting State may transmit to the competent authority of the other Contracting State, without requiring a prior request, information in its possession whenever:

(a) It has reason to believe that less tax was paid as a result of the artificial transfer of profits within a group of enterprises;

(b) The use of information received previously from the other Contracting State yields new data or background information which are useful for taxation in that other Contracting State;

(c) Any other circumstances give reason to believe that the other Contracting State has lost tax revenues.

3. The competent authority of a Contracting State shall provide to the competent authority of the other Contracting State annually, by means of prior identification of taxpayers or even without prior identification, the following information normally provided by taxpayers:

(a) Information on profits made in its territory by legal persons or permanent establishments situated therein, to be sent to the competent authority of the Contracting State where the associated legal person or the head office or corporate headquarters is domiciled;

(b) Information on profits declared by legal persons domiciled in the first Contracting State pertaining to business carried on in the other Contracting State by associated legal persons or permanent establishments;

(c) Any other kind of information which they agree to exchange.

4. The competent authority of the requested Contracting State may authorize the representatives of the requesting Contracting State to gain access to the first-mentioned State in order to be present, as observers, at the interviews of persons or the inspection of books and records carried out by the requested State.

5. The Contracting States may consult one another in order to determine the cases and procedures for simultaneous tax inspection.

For the purposes of this Convention, the term "simultaneous audit" means an agreement between the Contracting States to audit simultaneously, each in its own territory, the tax situation of a person or persons with joint or associated interests, in order to exchange the relevant information thus obtained.

6. In no case shall the foregoing provisions be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

(a) To carry out administrative measures at variance with the laws or administrative practice of that or the other Contracting State;

(b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administrative practice of that or the other Contracting State;

(c) To supply information which would disclose any trade, industrial or professional secret or process, or information the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

7. For the purposes of mutual assistance and the reciprocal acquisition of knowledge about fiscal policy and the tax systems of the two Contracting States, the respective competent authorities may consult one another and promote exchanges of qualified personnel, information, technical studies and studies on tax administration organization.

Article 27. Diplomatic agents and consular officers

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of diplomatic agents and consular officers under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

CHAPTER VI. FINAL PROVISIONS

Article 28. Entry into force

1. This Convention shall be ratified by the Contracting States in accordance with their respective constitutional requirements and the instruments of ratification shall be exchanged at Lisbon as soon as possible.

2. This Convention shall enter into force one month after the exchange of the instruments of ratification and its provisions shall apply for the first time:

(a) In Portugal:

(i) In respect of taxes withheld at source, to taxes based on circumstances arising on or after 1 January 2000;

(ii) In respect of other taxes, to taxes on income derived during the financial year beginning on or after 1 January 2000;

(b) In Brazil:

(i) In respect of taxes withheld at source, to amounts paid, remitted or credited on or after 1 January 2000;

(ii) In respect of other taxes covered by this Convention, to taxes on income derived during the financial year beginning on or after 1 January 2000.

Article 29. Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either Contracting State may terminate the Convention, through the diplomatic channel, by giving written notice of termination at least six months before the end of the calendar year specified in that notice. In such event, the Convention shall cease to have effect:

(a) In Portugal:

(i) In respect of taxes withheld at source, for taxes based on circumstances arising on or after 1 January of the calendar year following that specified in the written notice;

(ii) In respect of other taxes, for taxes on income derived during the financial year beginning on or after 1 January of the calendar year specified in the written notice;

(b) In Brazil:

- (i) In respect of taxes withheld at source, for amounts paid, remitted or credited on or after 1 January of the calendar year following that specified in the written notice;
- (ii) In respect of other taxes, for taxes on income derived during the financial year beginning on or after 1 January of the calendar year following that specified in the written notice.

In witness whereof the undersigned, duly authorized for this purpose, have signed this Convention.

Done at Brasilia on 16 May 2000, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Portuguese Republic:

JOAQUIM AUGUSTO N. DE PINA MOURA
Minister of Finance and the Economy

PROTOCOL

At the time of signing this Convention between the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, the undersigned, duly authorized for this purpose, have agreed upon the following additional provisions, which shall constitute an integral part of the Convention:

1. With reference to article 2 (1) (a):

It is understood that the taxes indicated in article 2 (1) (a) include the Social Contribution on Net Profits (CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), established by Act No. 7,689 of 15 December 1988.

2. With reference to article 2 (3) (b):

It is understood that "derrama" means the additional local tax on the income of legal persons.

3. With reference to article 7 (3):

It is understood that the provisions of article 7 (3) apply to executive and general administrative expenses incurred in the State in which the permanent establishment is situated or in any other location.

4. With reference to article 11 (3) and (5):

It is understood that the provisions of article 11 (3) apply only to interest received by an institution (including a financial institution) fully owned by the Government of a Contracting State or a political or administrative subdivision or local authority thereof when that institution is the beneficial owner of the interest.

It is understood that, for the purposes of article 11 (5), interest paid as "remuneration on own capital" in accordance with Brazilian tax law is also deemed to constitute interest.

5. With reference to article 12 (3):

It is understood that the provisions of article 12 (3) apply to payments of any kind received for the provision of technical assistance or services.

6. With reference to article 13 (4) and article 14 (1):

It is understood that in the event that, after signing this Convention, Brazil concludes with a third State not located in Latin America a Convention which limits, with respect to the income referred to in the aforementioned paragraphs, the power of taxation of the other Contracting State that is not the State of which the beneficial owner of the income is a resident, an identical limitation shall automatically be applied to relations between Brazil and Portugal.

7. With reference to article 23 (2):

It is understood that, if the method for eliminating double taxation of dividends arising from a foreign source currently specified under Portuguese law is replaced by the indirect credit method, the new method shall apply automatically to dividends paid by companies residing in Brazil to companies residing in Portugal.

8. With reference to article 24:

(a) It is understood that the provisions of article 10 (6) do not conflict with those of article 24 (2).

(b) It is understood that the provisions of the laws of the Contracting States which do not allow royalties, as defined in article 12 (3), paid by a permanent establishment situated in a Contracting State to a resident of the other Contracting State which carries on business in the first Contracting State through that permanent establishment to be deductible at the moment when the taxable income of the aforementioned permanent establishment is determined, do not conflict with the provisions of article 24 of this Convention.

(c) It is understood that the provisions of article 24 (4) do not apply to accessory obligations.

(d) It is understood that, insofar as article 24 is concerned, the provisions of the Convention do not prevent a Contracting State from applying its respective domestic norms concerning undercapitalization or excessive indebtedness.

(e) In the case of Brazil, it is understood that article 24 (5) applies solely to taxes under the responsibility of the Union.

9. With reference to the free zones of Ilha da Madeira, Ilha de Santa Maria and Manaus, SUDAM and SUDENE:

It is understood that the benefits of this Convention shall not be granted to any person entitled to fiscal benefits pertaining to income tax in accordance with the provisions of the laws and other measures related to the free zones of Ilha da Madeira, Ilha de Santa Maria, Manaus, SUDAM and SUDENE or to benefits similar to those granted, available or made available under any law or other measure adopted by either Contracting State. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any law or similar measure and shall consult each other on the similarity or otherwise of such benefits.

In witness whereof the undersigned, duly authorized for this purpose, have signed this Protocol.

Done at Brasilia on 16 May 2000, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Portuguese Republic:

JOAQUIM AUGUSTO N. DE PINA MOURA
Minister of Finance and the Economy

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

CONVENTION ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA
RÉPUBLIQUE PORTUGAISE TENDANT À ÉVITER LA DOUBLE
IMPOSITION ET À PRÉVENIR L'ÉVASION FISCALE EN MATIÈRE
D'IMPÔTS SUR LE REVENU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République portugaise,

Prenant en considération les relations spéciales qui existent entre les deux pays et désireux de conclure une convention tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu,

Sont convenus de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER. CHAMP D'APPLICATION DE LA CONVENTION

Article premier. Personnes visées

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents de l'un des États contractants ou des deux États contractants.

Article 2. Impôts visés

1. Les impôts sur le revenu auxquels s'applique la présente Convention sont :

a) Dans le cas du Brésil :

- L'impôt fédéral sur le revenu (ci-après dénommé l'"impôt brésilien");

b) Dans le cas du Portugal :

- L'impôt sur le revenu des personnes physiques (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS);

- L'impôt sur le revenu des sociétés (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC);

- La surtaxe locale ajoutée sur le revenu des sociétés ("derrama");

(ci-après dénommés l'"impôt portugais").

2. La Convention s'applique aussi aux impôts essentiellement identiques ou similaires qui seraient institués après la date de la signature de la Convention et qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou les remplaceraient. Les autorités compétentes des États contractants se communiqueront les modifications apportées à leurs législations fiscales respectives.

CHAPITRE II. DÉFINITIONS

Article 3. Définitions générales

1. Aux fins de la présente Convention, et à moins que le contexte n'appelle une interprétation différente :

a) L'expression "Brésil" s'entend du territoire continental et insulaire de la République fédérative du Brésil, y compris ses eaux territoriales telles qu'elles sont définies par la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer, leurs fonds marins et leur sous-sol, ainsi que toutes les zones maritimes au-delà des eaux territoriales y compris leurs fonds marins et leur sous-sol, dans la mesure où le Brésil exerce dans ces zones, conformément au droit international, des droits de prospection et d'exploitation de ressources naturelles;

b) Le terme "Portugal" s'entend du territoire de la République portugaise situé sur le continent européen et des archipels des Açores et de Madère, de leurs eaux territoriales et de toute zone où, conformément à la législation portugaise et au droit international, la République portugaise jouit de droits souverains ou de juridiction en matière d'exploitation, d'exploration, de conservation et de gestion des ressources naturelles biologiques ou non biologiques du fond de la mer et de son sous-sol, ainsi que des eaux qui les recouvrent;

c) Le terme "ressortissant" s'entend :

i) De toute personne physique possédant la nationalité d'un État contractant;

ii) De toute personne morale, association ou entité créée en vertu du droit en vigueur dans un État contractant;

iii) De toute autre entité considérée comme une personne morale aux fins d'imposition par la législation d'un État contractant;

d) Les expressions "État contractant" et "autre État contractant" s'entendent, selon le contexte, du Brésil ou du Portugal;

e) Le terme "personne" s'entend des personnes physiques, des sociétés ou de tout autre groupement de personnes;

f) Le terme "société" s'entend de toute personne morale ou entité assimilée à une personne morale au regard de l'impôt;

g) Les expressions "entreprise d'un État contractant" et "entreprise de l'autre État contractant" s'entendent respectivement d'une entreprise exploitée par une personne qui est un résident de l'un des États contractants et d'une entreprise exploitée par une personne qui est un résident de l'autre État contractant;

h) L'expression "trafic international" s'entend de tout transport effectué par un navire ou un aéronef exploité par une entreprise dont le siège de direction effective est situé dans un État contractant, sauf lorsque ce navire ou cet aéronef n'est exploité qu'entre des points situés dans l'autre État contractant;

i) L'expression "autorité compétente" s'entend :

i) Au Brésil : du Ministre des finances, du Secrétaire aux recettes fédérales ou de leurs représentants autorisés;

ii) Au Portugal : du Ministre des finances, du Directeur général des contributions et des impôts ou de leurs représentants autorisés.

2. Aux fins de l'application de la présente Convention par l'un des États contractants, à un moment donné, toute expression qui n'est pas définie dans ladite Convention a le sens que lui attribue, à ce moment, la législation de cet État contractant concernant les impôts auxquels s'applique la Convention, à moins que le contexte n'appelle une interprétation différente. Pour déterminer les effets correspondants de l'imposition, l'interprétation en vertu de ces lois fiscales prévaut sur celles de toute autre législation de cet État.

Article 4. Résidence ou domicile fiscal

1. Aux fins de la présente Convention, l'expression "résident d'un État contractant" s'entend de toute personne qui, en vertu de la législation de cet État, y est assujettie à l'impôt en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère similaire. Cette expression s'applique également audit État et à ses subdivisions politiques ou administratives ou à ses autorités locales.

2. Aux termes des dispositions du paragraphe 1, lorsqu'une personne physique est un résident des deux États contractants, sa situation est déterminée de la manière suivante :

a) Cette personne est considérée comme un résident de l'État où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent; si elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans les deux États, elle est considérée comme un résident de l'État avec lequel ses liens personnels et économiques sont le plus étroits (centre des intérêts vitaux);

b) Si l'État où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut être déterminé, ou si ladite personne ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des deux États, elle est considérée comme un résident de l'État où elle séjourne de façon habituelle;

c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans les deux États, ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme un résident de l'État dont elle possède la nationalité;

d) Si cette personne possède la nationalité des deux États, ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des États contractants trancheront la question d'un commun accord.

3. Aux termes des dispositions du paragraphe 1, lorsqu'une personne autre qu'une personne physique est un résident des deux États contractants, elle est considérée comme un résident de l'État où est situé son siège de direction effective.

Article 5. Établissement stable ou permanent

1. Aux fins de la présente Convention, les expressions "établissement stable" ou "établissement permanent" s'entendent d'une installation fixe d'affaires par l'intermédiaire de laquelle une entreprise exerce tout ou partie de son activité.

2. L'expression "établissement stable" s'entend notamment :

a) D'un siège de direction;

b) D'une succursale;

- c) D'un bureau;
- d) D'une usine;
- e) D'un atelier;
- f) D'une mine, d'un puits de pétrole ou de gaz, d'une carrière ou de tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles.

3. Un chantier d'habitation ou un projet de construction ou de montage ne constituent des établissements stables que s'ils ont une durée supérieure à neuf mois.

4. Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, l'expression "établissement stable" ne s'applique pas :

a) À l'utilisation d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de biens ou de marchandises appartenant à l'entreprise;

b) À l'entretien d'un stock de biens ou de marchandises appartenant à l'entreprise aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;

c) À l'entretien d'un stock de biens ou de marchandises appartenant à l'entreprise aux seules fins de leur transformation par une autre entreprise;

d) À l'entretien d'un lieu fixe d'affaires aux seules fins d'acheter des biens ou des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise;

e) À l'entretien d'un lieu fixe d'affaires aux seules fins d'exercer, pour l'entreprise, toute autre activité de caractère préparatoire ou auxiliaire;

f) À l'entretien d'une installation fixe d'affaires à seule fin de permettre à l'entreprise d'exercer concurremment plusieurs activités visées aux alinéas a) à e) pour autant que l'ensemble de ces activités conserve un caractère préparatoire ou auxiliaire.

5. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, lorsqu'une personne - autre qu'un agent indépendant auquel s'applique le paragraphe 6 - agit au nom d'une entreprise et dispose, dans un État contractant, du pouvoir qu'elle exerce habituellement de conclure des contrats au nom de cette entreprise, celle-ci sera réputée disposer d'un établissement stable dans cet État au titre de toutes les activités que ladite personne exerce en son nom, à moins que les activités de ladite personne ne soient limitées à celles qui sont mentionnées au paragraphe 4 et qui, exercées par l'intermédiaire d'une installation fixe d'affaires, n'en feraient pas un établissement stable en vertu des dispositions dudit paragraphe.

6. Une entreprise ne sera pas réputée disposer d'un établissement stable dans un État contractant du seul fait qu'elle y exerce une activité par l'entremise d'un courtier, d'un agent général à la commission ou de tout autre agent indépendant, si cette personne agit dans le cadre ordinaire de ses activités.

7. Le fait qu'une société qui est un résident d'un État contractant contrôle, ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre État contractant ou y exerce une activité (que ce soit ou non par l'intermédiaire d'un établissement stable) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

CHAPITRE III. IMPOSITION DES REVENUS

Article 6. Revenus de biens immobiliers

1. Les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de biens immobiliers (y compris d'exploitations agricoles ou forestières) situés dans l'autre État contractant peuvent être imposés dans cet autre État.

2. L'expression "biens immobiliers" a le sens que lui attribue la législation de l'État contractant où sont situés les biens considérés. Elle recouvre dans tous les cas les biens accessoires, le cheptel mort ou vif et l'équipement des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé relatifs à la propriété foncière, à l'usufruit des biens immobiliers et aux droits à des paiements variables ou fixes en contrepartie de l'exploitation ou de la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles; les navires, bateaux et aéronefs ne sont pas considérés comme des biens immobiliers.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus tirés de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage et de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus tirés des biens immobiliers d'une entreprise.

5. Les dispositions ci-dessus s'appliquent également aux revenus tirés des biens mobiliers ou des services relatifs à des biens immobiliers qui, en vertu de la législation fiscale de l'État contractant où les biens en question sont situés ou les services en question sont fournis, sont assimilés à des revenus de biens immobiliers.

Article 7. Bénéfices des entreprises

1. Les bénéfices d'une entreprise d'un État contractant ne sont imposables que dans cet État, à moins que l'entreprise n'exerce une activité dans l'autre État contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui est situé dans cet autre État. Si tel est le cas, les bénéfices de l'entreprise peuvent être imposés dans l'autre État, mais uniquement pour autant qu'ils sont imposables audit établissement stable.

2. Sous réserve des dispositions du paragraphe 3, si une entreprise d'un État contractant exerce une activité dans l'autre État contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il sera imputé à cet établissement stable, dans chaque État contractant, les bénéfices qu'il aurait normalement réalisés s'il avait été une entreprise distincte exerçant des activités identiques ou similaires dans des conditions identiques ou similaires et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il est un établissement stable.

3. Pour déterminer les bénéfices d'un établissement stable, seront admises en déduction les dépenses dûment vérifiées encourues au titre des activités exercées par l'établissement stable, y compris les dépenses professionnelles et les frais généraux d'administration ainsi vérifiés et encourus.

4. Aucun bénéfice ne pourra être imputé à un établissement stable au seul motif qu'il aura acheté des biens ou des marchandises pour l'entreprise.

5. Aux fins des paragraphes précédents, les bénéfices à imputer à un établissement stable sont déterminés chaque année selon la même méthode, à moins qu'il n'existe des motifs valables et suffisants de procéder autrement.

6. S'il entre dans les bénéfices des éléments de revenu qui font l'objet d'autres articles de la présente Convention, les dispositions desdits articles ne seront pas modifiées par celles du présent article.

Article 8. Transports maritimes et aériens

1. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 à 4 de l'article 7, les bénéfices tirés de l'exploitation de navires ou d'aéronefs en trafic international ne sont imposables que dans l'État contractant où est situé le siège de direction effective de l'entreprise.

2. Si le siège de direction effective d'une entreprise de transport maritime est établi à bord d'un navire, il est considéré comme situé dans l'État contractant où se trouve le port d'attache du navire ou, en l'absence d'un tel port d'attache, dans l'État contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent également aux bénéfices provenant de la participation à un pool, à une exploitation en commun ou à un organisme international d'exploitation.

4. Lorsque des entreprises de différents pays conviennent de former un consortium pour l'exploitation d'un transport aérien, les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent à la part des bénéfices du consortium correspondant à la part détenue dans ledit consortium par une entreprise résidant dans un État contractant.

Article 9. Entreprises associées

1. Si :

a) Une entreprise d'un État contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre État contractant; ou si

b) Les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un État contractant et d'une entreprise de l'autre État contractant;

et si, dans l'un ou l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions convenues ou imposées qui diffèrent de celles qui seraient convenues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été réalisés par l'une des entreprises mais ne l'ont pas été à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

Article 10. Dividendes

1. Les dividendes payés par une société résidant dans un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

2. Toutefois, lesdits dividendes sont aussi imposables dans l'État contractant dont la société qui paie ces dividendes est un résident, et selon la législation de cet État, mais si la personne qui reçoit ces dividendes en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi levé ne peut excéder :

a) 10 % du montant brut des dividendes si leur bénéficiaire effectif est une société qui détient directement au moins 25 % du capital de la société distributrice des dividendes pour une période ininterrompue de deux ans avant que les dividendes ne soient payés;

b) 15 % du montant brut des dividendes dans tous les autres cas.

Les autorités compétentes des États contractants établissent d'un commun accord les modalités d'application de ces limites.

3. Le terme "dividendes" employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou droits de jouissance, parts de mine, parts de fondateur et autres parts bénéficiaires à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales soumis au même régime fiscal que les revenus d'actions par la législation de l'État dont la société distributrice est résidente. Ce terme s'entend également des bénéfices répartis au titre d'un accord de participation aux bénéfices (*associação em participação*).

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas si le bénéficiaire effectif des dividendes, résident d'un État contractant, exerce, dans l'autre État contractant dont la société distributrice est un résident, une activité par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, et si la participation génératrice des dividendes se rattache effectivement à cet établissement stable ou à cette base fixe. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 s'appliquent.

5. Si une société qui est un résident d'un État contractant tire des bénéfices ou des revenus de l'autre État contractant, cet autre État ne peut prélever aucun impôt sur les dividendes versés par elle, sauf si ces dividendes sont versés à un résident de cette autre État ou si la participation génératrice des dividendes se rattache effectivement à un établissement stable situé dans ce autre État, ni assujettir les bénéfices non distribués de la société à une imposition de ces bénéfices, même si les dividendes versés ou les bénéfices non distribués sont en tout ou en partie des bénéfices ou des revenus provenant de cet autre État.

6. Les bénéfices transférés, versés ou crédités par un établissement stable situé dans un État contractant à une entreprise de l'autre État contractant auquel elle appartient sont également considérés comme des dividendes, assujettis aux dispositions de l'alinéa a) du paragraphe 2.

7. Les dispositions des paragraphes 2 et 6 n'affectent pas l'imposition d'une société ou d'un établissement stable dans la mesure où sont concernés les bénéfices provenant du revenu susmentionné.

Article 11. Intérêts

1. Les intérêts produits dans un État contractant et versés à un résident de l'autre État contractant peuvent être imposés dans cet autre État.

2. Toutefois, ces intérêts peuvent également être imposés dans l'État contractant où ils ont leur source et conformément à la législation de cet État, mais si le bénéficiaire effectif est

un résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi mis à sa charge ne dépassera pas 15 % du montant brut desdits intérêts.

Les autorités compétentes des États contractants détermineront par voie d'accord amiable les modalités d'application de cette limite.

3. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, les intérêts provenant de l'un des États contractants et payés au gouvernement de l'autre État contractant à l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou à l'une de ses autorités locales ou une institution (y compris une institution financière) dont ledit gouvernement ou ladite subdivision politique ou administrative ou autorité locale a l'entière propriété, sont exonérés d'impôt dans le premier État contractant.

4. Les limites relatives au taux d'imposition, prévues au paragraphe 2, ne s'appliquent pas aux intérêts d'un État contractant et attribués ou payés à un établissement stable d'un résident de l'autre État contractant situé dans un État tiers.

5. Au sens du présent article, le terme "intérêts" s'entend des revenus des fonds d'État et des obligations, assortis ou non d'une garantie hypothécaire ou d'une clause de participation aux bénéfices, et des revenus des créances de toute nature ainsi que de tous les autres revenus assimilés par la législation fiscale de l'État contractant d'où ils proviennent à des revenus de sommes prêtées.

6. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des intérêts, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant d'où proviennent les intérêts une activité économique par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, et que la créance génératrice des intérêts se rattache effectivement à cet établissement stable. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

7. Les intérêts sont considérés comme provenant d'un État contractant lorsque le débiteur est un résident de cet État. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, résident ou non d'un État contractant, a dans un État contractant un établissement stable pour lequel la dette donnant lieu au paiement des intérêts a été contractée et qui supporte la charge de ces intérêts, ceux-ci sont considérés comme provenant de l'État contractant où est situé l'établissement stable.

8. Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des intérêts, compte tenu de la créance pour laquelle ils sont payés, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque État contractant en vertu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 12. Redevances

1. Les redevances provenant d'un État contractant et dont le bénéficiaire effectif est un résident de l'autre État contractant peuvent être imposées dans cet autre État.

2. Toutefois, ces redevances peuvent également être imposées dans l'État contractant où elles ont leur source et conformément à la législation de cet État mais, si le bénéficiaire

effectif des redevances est un résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi mis à sa charge ne dépasse pas 15 % du montant brut de ces redevances.

3. Au sens du présent article, le terme "redevances" s'entend des rémunérations de toute nature payées en contrepartie de l'usage ou de la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une oeuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques et les pellicules ou bandes destinées à la radio ou à la télévision ou d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets, ou encore d'informations concernant une expérience acquise dans un domaine industriel, commercial ou scientifique.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des redevances, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant d'où proviennent les redevances, une activité économique par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé et que le droit ou le bien générateur des redevances se rattache effectivement à l'établissement stable en question. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

5. Les redevances sont considérées comme provenant d'un État contractant lorsque le débiteur est un résident de cet État. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un État contractant, a dans un État contractant un établissement stable en relation avec lequel a été contractée l'obligation de paiement des redevances et qui supporte la charge de ces redevances, celles-ci sont considérées comme provenant de l'État où l'établissement stable est situé.

6. Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif des redevances ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des redevances payées, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont payées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de telles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En pareil cas, la partie excédentaire reste imposable selon la législation de chaque État contractant, en vertu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 13. Gains en capital

1. Les gains qu'un résident d'un État contractant tire de l'aliénation de biens immobiliers définis à l'article 6 et situés dans l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État contractant.

2. Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers qui font partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un État contractant a dans l'autre État contractant, y compris de tels gains provenant de l'aliénation de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise), sont imposables dans cet autre État.

3. Les gains provenant de l'aliénation de navires ou d'aéronefs exploités en trafic international, ou de biens mobiliers affectés à l'exploitation de ces navires ou aéronefs ne sont imposables que dans l'État contractant où est situé le siège de direction effective de l'entreprise.

4. Les gains provenant de l'aliénation de tous biens autres que ceux visés aux paragraphes 1 ou 2 peuvent être imposés dans les deux États contractants.

Article 14. Professions indépendantes

1. Les revenus qu'un résident d'un État contractant tire d'une profession libérale ou d'autres activités indépendantes ne sont imposables que dans cet État, à moins que la rémunération de ses services ou activités ne provienne d'une société résidente de l'autre État contractant ou supportée par un établissement stable qui y est situé. Dans ce cas, les revenus peuvent être imposés dans cet autre État.

2. L'expression "profession libérale" couvre notamment les activités indépendantes d'ordre scientifique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

Article 15. Professions salariées

1. Sous réserve des dispositions des articles 16, 18 et 19, les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident de l'un des États contractants perçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet État contractant, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre État contractant. En ce cas, les rémunérations perçues ne sont imposables que dans le premier État.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations qu'un résident de l'un des États contractants reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre État contractant ne sont imposables que dans le premier État :

a) Si le bénéficiaire ne séjourne dans l'autre État que pendant une ou des périodes n'excédant pas au total 183 jours au cours d'une période de 12 mois commençant ou se terminant au cours de l'exercice budgétaire considéré;

b) Si les rémunérations sont payées par un employeur ou au nom d'un employeur qui n'est pas un résident de cet autre État; et

c) Si la charge des rémunérations n'est pas supportée par un établissement stable que l'employeur a dans l'autre État.

3. Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, les rémunérations reçues au titre d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef exploité en trafic international sont imposables dans l'État contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

Article 16. Tantièmes d'administrateurs

Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident de l'un des États contractants reçoit à titre de membre du conseil d'administration ou du conseil de surveillance ou de tout autre organe similaire d'une société résidente de l'autre État contractant peuvent être imposés dans cet autre État.

Article 17. Artistes et sportifs

1. Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de ses activités exercées à titre personnel dans l'autre État contractant en

qualité de professionnel du spectacle, acteur de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision, ou en tant que musicien ou sportif, sont imposables dans cet autre État.

2. Lorsque les revenus d'activités qu'un professionnel du spectacle ou un sportif exerce à titre personnel en cette qualité sont versés non au professionnel ou au sportif lui-même mais à une autre personne, ces revenus peuvent, nonobstant les dispositions des articles 7, 14 et 15, être imposés dans l'État contractant où sont exercées ces activités.

3. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas aux activités exercées dans un État contractant qui sont financées principalement au moyen de fonds publics de l'autre État contractant, de l'une de ses subdivisions politiques ou administratives, ou de l'une de ses collectivités locales ou par des entités dont plus de 50 % du capital est détenu par l'une de ces dernières. En pareil cas, les revenus tirés de ces activités ne sont imposables que dans cet autre État.

Article 18. Pensions

1. Sous réserve des dispositions du paragraphe 2 de l'article 19, les pensions et autres rémunérations similaires au titre d'un emploi antérieur, versées à un résident d'un État contractant ne sont imposables que dans cet État.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1 du présent article, les pensions et autres rémunérations similaires versées au titre d'un régime de sécurité sociale d'un État contractant à un résident de l'autre État contractant ne sont imposables que dans cet État.

Article 19. Fonction publique

1. Les rémunérations, autres que les pensions, payées par l'un des États contractants, l'une de ses subdivisions politiques ou l'une de ses collectivités locales, ou provenant d'un fonds qu'ils ont constitué, à une personne physique au titre de services rendus à cet État, à cette subdivision ou à cette collectivité, ne sont imposables que dans cet État.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations, y compris les pensions, versées par un État contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales, à une personne physique qui est un ressortissant de cet État, ou provenant d'un fonds qu'ils ont constitué, au titre de services rendus à cet État, à cette subdivision ou à cette collectivité dans l'exercice de ses fonctions publiques, ne sont imposables que dans cet État.

3. Les dispositions des articles 15 et 18 s'appliquent aux rémunérations et pensions payées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité commerciale ou industrielle exercée par l'un des États contractants ou par l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales.

Article 20. Professeurs

Toute personne qui est ou qui était auparavant un résident de l'État contractant et qui séjourne pour une période ne dépassant pas deux ans dans l'autre État contractant, sur l'invitation du gouvernement dudit État ou d'une organisation à but non lucratif, ou encore d'une université ou autre institution académique ou de recherche scientifique relevant dudit

État ou de ladite organisation, à la seule fin d'enseigner ou de se livrer à des recherches scientifiques dans de telles institutions, est exonérée d'impôts dans les deux États contractants sur la rémunération reçue au titre de ces activités d'enseignement ou de recherche.

Article 21. Étudiants

1. Toute personne qui est ou était auparavant un résident d'un État contractant et qui séjourne temporairement dans l'autre État contractant uniquement dans le but de poursuivre ses études ou sa formation :

- a) En tant qu'étudiant fréquentant une université, un collège ou une école;
- b) En tant que stagiaire; ou

c) En tant que bénéficiaire d'une subvention, d'une bourse d'étude, d'un prix ou d'une allocation d'étude provenant d'une institution religieuse, caritative, scientifique ou d'enseignement;

est exonérée d'impôt dans cet autre État contractant sur les montants perçus au titre de son entretien, son éducation ou sa formation, à condition que ces montants proviennent de sources extérieures à cet État.

2. Les étudiants qui fréquentent une université ou une autre institution d'enseignement supérieur ou technique d'un État contractant et qui travaillent dans l'autre État contractant pour une période ne dépassant pas un an sont exonérés dans cet autre État d'impôt sur la rémunération qu'ils perçoivent pour ledit emploi, à condition que cet emploi soit un stage lié à leurs études et dont la rémunération n'excède pas 10 000 dollars des États-Unis annuellement.

Article 22. Autres revenus

1. Les éléments du revenu d'un résident d'un État contractant, quelle qu'en soit la provenance, auxquels ne s'appliquent pas les articles précédents de la présente Convention, ne sont imposables que dans cet État.

2. Les dispositions du paragraphe 1 ne s'appliquent pas aux revenus autres que ceux des biens immobiliers définis au paragraphe 2 de l'article 6 si leur bénéficiaire, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant une activité par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, et si le droit ou le bien générateur des revenus s'y attache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

3. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2 du présent article, les éléments du revenu d'un résident d'un État contractant qui proviennent de l'autre État contractant et qui ne sont pas traités de façon spécifique dans les articles précédents de la présente Convention sont imposables dans cet autre État.

CHAPITRE IV. ÉLIMINATION DE LA DOUBLE IMPOSITION

Article 23. Méthode

1. Lorsqu'un résident d'un État contractant perçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la présente Convention, sont imposables dans l'autre État contractant, le

premier État contractant accorde la déduction de l'impôt sur le revenu de cette personne d'un montant égal à l'impôt effectivement payé dans l'autre État.

Toutefois, cette déduction ne peut dépasser la fraction de l'impôt sur le revenu, calculé avant la déduction, correspondant aux revenus imposables dans cet autre État.

2. Dans le cas du Portugal, lorsqu'une société qui est un résident du Portugal perçoit des dividendes d'une société qui est un résident du Brésil, assujettie à l'impôt brésilien, sans exemption, et dont la première détient directement une participation d'au moins 25 % du capital, le Portugal perçoit une déduction de 95 % des dividendes inclus dans le revenu imposable, à condition que la société détienne ce capital depuis les deux années précédentes, ou depuis la date de l'établissement de la société brésilienne si celle-ci a été établie au cours des deux années précédentes mais, dans les deux cas, uniquement si elle a détenu le capital sans interruption au cours de cette période.

3. Dans le cas du Brésil, lorsqu'une société qui est un résident du Brésil perçoit un dividende d'une société qui est un résident du Portugal et assujettie à l'impôt portugais conformément au paragraphe 1 b) de l'article 2 de la présente Convention, sans aucune exemption, la déduction visée au paragraphe 1 ci-dessus doit tenir compte de l'impôt payable par une société sur le revenu provenant du dividende payé (crédit indirect), conformément aux dispositions de la législation brésilienne.

4. Lorsqu'un résident d'un État contractant perçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la présente Convention, sont exonérés de l'impôt dans cet État, celui-ci peut néanmoins tenir compte des revenus exonérés pour le calcul de l'impôt sur le reste des revenus de ce résident.

CHAPITRE V. DISPOSITIONS PARTICULIÈRES

Article 24. Non-discrimination

1. Les ressortissants d'un État contractant ne sont soumis dans l'autre État contractant à aucune imposition ni obligation y relative qui soit autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourraient être assujettis les ressortissants de cet autre État qui se trouvent dans les mêmes circonstances.

2. L'imposition d'un établissement stable dont une entreprise d'un État contractant dispose dans l'autre État contractant ne sera pas établie dans cet autre État d'une façon moins favorable que celle des entreprises de cet autre État qui exercent les mêmes activités. La présente disposition ne pourra être interprétée comme obligeant un État contractant à accorder aux résidents de l'autre État contractant les indemnités, dégrèvements et abattements fiscaux qu'il accorde à titre personnel à ses résidents du fait de leur situation matrimoniale ou de leurs responsabilités familiales.

3. Sauf lorsque s'appliquent les dispositions de l'article 9, du paragraphe 8 de l'article 11 ou du paragraphe 6 de l'article 12, les intérêts, dividendes et autres montants versés par une entreprise d'un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont, pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, admis en déduction, selon les mêmes conditions que s'ils avaient été versés à un résident du premier État.

4. Les entreprises d'un État contractant dont tout ou partie du capital est détenu ou contrôlé, directement ou indirectement, par un ou plusieurs résidents de l'autre État contractant ne seront soumises, dans le premier État, à aucune imposition ni obligation y relative qui soit autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourraient être assujetties d'autres entreprises similaires de ce premier État.

5. Les dispositions du présent article s'appliquent, nonobstant celles de l'article 2, aux impôts de toute nature ou dénomination.

Article 25. Procédure amiable

1. Lorsqu'un résident d'un État contractant estime que des mesures prises par l'un des États contractants ou par les deux entraînent ou entraîneront une imposition non conforme à la présente Convention, il pourra, nonobstant les droits de recours internes de ces États, soumettre son cas à l'autorité compétente de l'État contractant dont il est résident. Le cas doit être soumis dans un délai de deux ans à partir de la date de notification d'un impôt qui soulève une objection ou, dans le cas d'une imposition dans les deux États, à partir de la date de notification de la deuxième imposition ou, dans le cas d'une imposition prélevée à la source, à partir de la date de paiement du revenu imposable, même s'il s'agit de la deuxième imposition.

2. L'autorité compétente s'efforcera, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'y apporter une solution satisfaisante, de résoudre le cas par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre État contractant en vue d'éviter une imposition non conforme à la présente Convention. L'accord conclu s'appliquera indépendamment de la période de temps limitée établie par la législation nationale des États contractants.

3. Les autorités compétentes des États contractants s'efforceront, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels pourront donner lieu l'interprétation ou l'application de la Convention.

4. Les autorités compétentes des États contractants pourront communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord au sens des paragraphes précédents.

Article 26. Échange de renseignements

1. Les autorités compétentes des États contractants échangent les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente Convention ou celles de la législation interne des États contractants relative aux impôts visés par la Convention, dans la mesure où l'imposition qu'elle prévoit n'est pas contraire à la Convention, notamment en vue de prévenir la fraude ou l'évasion fiscales. L'échange de renseignements n'est pas restreint par l'article premier. Les renseignements reçus par un État contractant sont tenus secrets de la même manière que les renseignements obtenus en application de la législation interne de cet État et ne sont communiqués qu'aux personnes ou autorités (y compris les tribunaux et les organes administratifs) concernés par l'établissement ou le recouvrement des impôts visés par la Convention, par les procédures ou poursuites concernant ces impôts ou par les décisions sur les recours relatifs à ces impôts. Les personnes ou autorités n'utilisent ces renseignements qu'à ces fins. Les autorités compétentes déterminent, par voie de

consultations, les conditions, méthodes et techniques appropriées à ce sujet quant aux renseignements qui seront échangés, y compris, le cas échéant, les renseignements sur l'évasion fiscale.

2. L'autorité compétente d'un État contractant pourra transmettre à l'autorité compétente de l'autre État contractant, sans requête préalable, les renseignements en sa possession lorsque :

a) Il y a des raisons de croire qu'un impôt moindre a été payé à la suite d'un transfert artificiel de bénéfiques au sein d'un groupe d'entreprises;

b) L'utilisation des renseignements obtenus antérieurement de l'autre État contractant produit de nouvelles données ou des renseignements généraux qui sont utiles pour l'imposition dans cet autre État contractant;

c) Toute autre circonstance qui donne des raisons de croire que l'autre État contractant a subi une perte de recettes fiscales.

3. L'autorité compétente d'un État contractant fournit à l'autorité compétente de l'autre État contractant, sur une base annuelle, par l'identification préalable des contribuables ou même sans identification préalable, les renseignements suivants que fournissent normalement les contribuables :

a) Les renseignements sur les profits obtenus sur son territoire par des personnes morales ou des établissements stables situés sur son territoire devant être transmis à l'autorité compétente de l'État contractant où la personne morale associée ou le chef du bureau ou les sièges sociaux sont domiciliés;

b) Les renseignements sur les bénéfiques déclarés par des personnes morales domiciliées dans le premier État contractant se rapportant aux activités menées dans l'autre État contractant par des personnes morales ou des établissements stables associés;

c) Tout autre renseignement qu'ils conviennent d'échanger.

4. L'autorité compétente de l'État contractant requis peut autoriser la présence représentants de l'État contractant requérant dans le premier État, en tant qu'observateurs, lors des entrevues avec des personnes ou lors d'un contrôle fiscal des livres et des dossiers effectué par l'État requis.

5. Les États contractants peuvent se consulter afin de déterminer les cas et les procédures relatifs à une inspection fiscale simultanée.

Aux fins de la présente Convention, le terme "vérification simultanée" s'entend d'un accord entre les États contractants pour la vérification simultanée, chacun dans son propre territoire, de la situation fiscale d'une personne ou de personnes ayant des intérêts conjoints ou associés, afin d'échanger l'information pertinente ainsi obtenue.

6. En aucun cas, les dispositions qui précèdent ne doivent être interprétées comme imposant à un État contractant l'obligation :

a) D'appliquer des mesures administratives qui dérogent à sa législation ou à sa pratique administrative, ou bien à celles de l'autre État contractant;

b) De fournir des détails qui ne pourraient être obtenus sur la base de sa législation ou de sa pratique administrative normale, ou bien de celles de l'autre État contractant;

c) De fournir des renseignements qui révéleraient un secret ou un procédé commercial, industriel ou professionnel ou encore des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

7. Aux fins d'assistance mutuelle et d'acquisition réciproque de connaissances concernant la politique fiscale et les régimes fiscaux des deux États contractants, les autorités compétentes respectives peuvent se consulter et favoriser les échanges de personnel qualifié, de renseignements, d'études techniques et d'études sur l'organisation de l'administration fiscale.

Article 27. Agents diplomatiques et fonctionnaires consulaires

Aucune disposition de la présente Convention ne porte atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les agents diplomatiques et les fonctionnaires consulaires en vertu des règles générales du droit international ou des dispositions d'accords particuliers.

CHAPITRE VI. DISPOSITIONS FINALES

Article 28. Entrée en vigueur

1. La présente Convention sera ratifiée par les États contractants conformément à leurs obligations constitutionnelles respectives et les instruments de ratification échangés dès que possible à Lisbonne.

2. La présente Convention entrera en vigueur un mois après l'échange des instruments de ratification et ses dispositions seront applicables pour la première fois :

a) Au Portugal :

- i) S'agissant des impôts retenus à la source, aux impôts perçus en fonction de considérations intervenues le 1er janvier 2000 ou ultérieurement;
- ii) S'agissant des autres impôts, aux impôts sur le revenu obtenu au cours de l'exercice financier commençant le 1er janvier 2000 ou ultérieurement;

b) Au Brésil :

- i) S'agissant des impôts prélevés à la source, aux montants versés, transférés ou crédités à partir du 1er janvier 2000 ou ultérieurement;
- ii) S'agissant des autres impôts couverts par la présente Convention, aux impôts sur le revenu obtenu au cours de l'exercice financier commençant le 1er janvier 2000 ou ultérieurement.

Article 29. Dénonciation

La présente Convention demeurera en vigueur pour une durée indéfinie, mais l'un quelconque des États contractants pourra la dénoncer par la voie diplomatique en adressant une notification écrite au plus tard six mois avant la fin de l'année civile définie dans la notification. En pareil cas, la Convention cessera d'être applicable :

- a) Au Portugal :
 - i) S'agissant des impôts retenus à la source, aux impôts perçus en fonction de considérations intervenues le 1er janvier ou après le 1er janvier de l'année civile suivant celle définie dans la notification écrite;
 - ii) S'agissant des autres impôts, aux impôts sur le revenu obtenu au cours de l'exercice financier commençant le 1er janvier ou après le 1er janvier de l'exercice financier défini dans la notification écrite;
- b) Au Brésil :
 - i) S'agissant des impôts retenus à la source, aux montants versés, transférés ou crédités le 1er janvier ou après le 1er janvier de l'année civile suivant celle définie dans la notification écrite;
 - ii) S'agissant des autres impôts, aux impôts sur le revenu obtenu au cours de l'exercice financier commençant le 1er janvier ou après le 1er janvier de l'année civile suivant celle définie dans la notification écrite.

En foi de quoi les soussignés, à ce dûment autorisés, ont signé la présente Convention.

Fait à Brasilia le 16 mai 2000, en double exemplaire, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre des affaires étrangères,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République portugaise :
Le Ministre des finances et de l'économie,
JOAQUIM AUGUSTO N. DE PINA MOURA

PROTOCOLE

Au moment de procéder à la signature de la présente Convention entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, sont convenus des dispositions additionnelles suivantes, qui font partie intégrante de la Convention :

1. En ce qui concerne le paragraphe 1 a) de l'article 2 :

Il est entendu que les impôts indiqués au paragraphe 1 a) de l'article 2 comprennent la contribution sociale sur les bénéfices nets (CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro líquido), créée par la loi No 7689 du 15 décembre 1988.

2. En ce qui concerne le paragraphe 3 b) de l'article 2 :

Il est entendu que le terme "derrama" recouvre l'impôt local additionnel sur le revenu des personnes morales.

3. En ce qui concerne le paragraphe 3 de l'article 7 :

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'article 7 s'appliquent aux dépenses professionnelles et administratives encourues dans l'État où l'établissement stable est situé ou en tout autre endroit.

4. En ce qui concerne les paragraphes 3 et 5 de l'article 11 :

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'article 11 ne s'appliquent qu'à l'intérêt reçu par une institution (y compris une institution financière) qui appartient à part entière au gouvernement d'un État contractant ou à une subdivision politique ou administrative ou à une de ses collectivités lorsque cette institution est le bénéficiaire de l'intérêt. Il est entendu qu'aux fins du paragraphe 5 de l'article 11, l'intérêt versé en tant que "rémunération sur capitaux propres" conformément à la législation fiscale brésilienne est également considéré constituer un intérêt.

5. En ce qui concerne le paragraphe 3 de l'article 12 :

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'article 12 s'appliquent aux paiements de toute nature perçus en rémunération d'assistance ou de services techniques.

6. En ce qui concerne le paragraphe 4 de l'article 3 et le paragraphe 1 de l'article 14 :

Il est entendu que dans le cas où, après la signature de la présente Convention, le Brésil concluait avec un État tiers qui n'est pas situé en Amérique latine, une convention qui limite, en ce qui concerne le revenu visé aux paragraphes susmentionnés, le pouvoir d'imposition de l'autre État contractant qui n'est pas l'État de résidence du bénéficiaire effectif du revenu, une limitation identique s'appliquera automatiquement aux relations entre le Brésil et le Portugal.

7. En ce qui concerne le paragraphe 2 de l'article 23 :

Il est entendu que, si la méthode visant à éliminer la double imposition sur les dividendes provenant d'une source étrangère actuellement précisée en vertu de la législation portugaise est remplacée par une méthode d'imputation indirecte, la nouvelle méthode

s'appliquera automatiquement aux dividendes versés par les compagnies résidant au Brésil aux compagnies résidant au Portugal.

8. En ce qui concerne l'article 24 :

a) Il est entendu que les dispositions du paragraphe 6 de l'article 10 ne sont pas contraires aux dispositions du paragraphe 2 de l'article 24;

b) Il est entendu que les dispositions des lois des États contractants qui n'admettent pas que les redevances, telles qu'elles sont définies au paragraphe 3 de l'article 12, payées par un établissement stable situé dans un État contractant à un résident d'un autre État contractant qui exerce des activités dans le premier État contractant par l'intermédiaire de cet établissement stable soient déduites au moment de la détermination du revenu imposable de l'établissement stable susmentionné, ne sont pas contraires aux dispositions de l'article 24 de la présente Convention;

c) Il est entendu que les dispositions du paragraphe 4 de l'article 24 ne s'appliquent pas aux obligations accessoires;

d) Il est entendu que, s'agissant de l'article 24, les dispositions de la Convention n'empêchent pas l'application par un État contractant de ses normes internes en matière de sous-capitalisation ou d'endettement excessif;

e) Dans le cas du Brésil, il est entendu que le paragraphe 5 de l'article 24 s'applique uniquement aux impôts relevant de la responsabilité de l'Union.

9. En ce qui concerne les zones de libre échange d'Ilha da Madeira, Ilha de Santa Maria et Manaus, la Surintendance pour le développement de l'Amazone (SUDAM) et la Surintendance pour le développement du Nord-Est (SUDENE) :

Il est entendu que les bénéfices de la présente Convention ne doivent pas être alloués à une personne ayant droit aux bénéfices fiscaux découlant d'un impôt sur le revenu conformément aux dispositions des lois et autres mesures liées aux zones de libre échange d'Ilha da Madeira, Ilha de Santa Maria, Manaus, SUDAM et SUDENE ou aux bénéfices similaires à ceux alloués, disponibles ou rendus disponibles en vertu d'une loi ou de toute autre mesure adoptée par l'un des États contractants. Les autorités compétentes des États contractants se notifient de toute loi ou mesure similaire et se consultent sur la similitude ou autre de ces bénéfices.

En foi de quoi les soussignés, à ce dûment autorisés, ont signé le présent Protocole.

Fait à Brasilia le 16 mai 2000, en double exemplaire, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre des affaires étrangères,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République portugaise :

Le Ministre des finances et de l'économie,

JOAQUIM AUGUSTO N. DE PINA MOURA

